

PARECER JURÍDICO N.º 59/2020

**REF.: SID. 16.411.544-5- LICITAÇÃO MODO
DE DISPUTA FECHADO – MDF Nº 32/2018 –
CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA -
MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR- RECURSO
- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-
FINANCEIRA.**

Solicita o Diretor Presidente manifestação acerca do recurso interposto, em 17/02/2020, pela empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA contra a decisão de inabilitação na licitação pelo Modo de Disputa Fechado – MDF nº 32/2018, realizado pela COHAPAR.

Aberto o prazo, a empresa PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA apresentou contrarrazões.

Para tanto, o processo vem instruído com os seguintes documentos: Folha de abertura SID e-protocolo (fl.02); recurso EXACT (fl.03); of.nº414/2020-DELI (fl.04); expresso informando prazo contrarrazões (fl.05/07); contrarrazões PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (fls.08/14); memorando nº 054/DELI/2020(fl.15); nota técnica nº 005/2020(fl.16/17); Ata nº 32/DELI/2020 (18/19); memorando nº 064/DELI/2020 (fl.20) e despacho do Diretor-Presidente à DIJU (fl.21).

É o relatório.

Preliminarmente, aponta-se que inabilitação da recorrente decorre do julgamento da Comissão de Licitação, tendo por fundamento a falta



de apresentação da documentação exigida no Edital, conforme Anexo II, Item 04, Alínea "d", conforme ateste do Departamento de Contabilidade.

Aponta-se que a insurgência incide no teor do item 04.¹

É o teor do Edital:

4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

E) Demonstração de que possui Disponibilidade Financeira Líquida, igual ou superior ao valor da proposta de preços apresentada após etapa de negociação, a qual mede a capacidade que a Licitante possui de contratar com a COHAPAR, obtida através da fórmula:

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Obs.: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais (grifo).

São as razões da recorrente, em síntese, conforme Ata nº 032/DELI/2020:

- a) Que a empresa já finalizou todas as obras em andamento;
- b) Que possui uma obra ainda não entregue, porém já finalizada, aguardando os trâmites junto ao Município quanto à infraestrutura, razão pela qual não foi relacionada;
- c) Possui duas obras em andamento para contratação, Ourizona – 25 unidades habitacionais e Ibaiti – 125 unidades habitacionais, porém não foram relacionadas em razão de não saber se as contratações ocorrerão, visto o

¹ Diga-se isso, tendo em vista que a nota técnica do DECT menciona item 03.

lapso temporal de 4 (quatro) anos transcorrido desde as licitações;

d) Que no documento de Qualificação Econômico-financeira apresentado há comprovação da disponibilidade líquida de mais de 6 (seis) vezes o valor solicitado para execução da obra;

Contrariamente, A PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, por meio das contrarrazões, aduz:

- a) Que o recurso interposto deve ser julgado improcedente;
- b) Que a inabilitação promovida pela Comissão Especial de Licitação foi correta;
- c) Que a Recorrente praticou um erro substancial apto a implicar desclassificação/inabilitação.

Pois bem, em se tratando de regras constantes no instrumento convocatório, é certo que deve haver vinculação a elas. A Lei nº 13.303/2016², que regulamenta a licitação em apreço, estabelece:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo (grifo).

Igualmente, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR, expressamente menciona a vinculação ao instrumento convocatório³.

² Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

³ Art. 2º As licitações realizadas e os contratos celebrados pela COHAPAR destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar, dentre outros pertinentes, os princípios da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da



Especificadamente, no tocante a Qualificação Econômico-Financeira, o Regulamento de Licitações e Contratos –RILC elenca:

Da Qualificação Econômico-Financeira

Art. 91 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II - apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do Licitante.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados, vedada a exigência de índices e valores não usuais.

§ 2º A exigência constante no parágrafo anterior limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do Licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, vedada a fixação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá ser exigida no instrumento convocatório de cada processo licitatório, comprovação de patrimônio líquido mínimo, desde que não exceda a 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da abertura da licitação, na forma da lei.

...

Art. 93 Justificadamente, a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste RILC poderão ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes para a contratação.

economicidade, da sustentabilidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo(grifo).

Como é sabido, a exigência de qualificação econômica se justifica na necessidade da Administração garantir a execução integral do contrato pelo licitante e, por isso, **o caso em concreto deve ser levado em consideração quando da fixação dos requisitos a serem atendidos por meio da Edital.**

Ressalta-se que na lição de Marçal Justen Filho: *“A qualificação econômico-financeira não é, no campo das licitações, um conceito absoluto. É relativo ao vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação. A qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função da necessidades concretas, de cada caso(grifo).”⁴*

No caso em tela, tendo em vista as razões recursais, previamente ao julgamento, a Comissão Especial de Licitação remeteu os autos à análise conclusiva do DECT – Departamento de Contabilidade da COHAPAR, que por meio da Nota Técnica nº 005/2020, aduz:

DA ANÁLISE DO RECURSO

...

Neste contexto, é requisito para a habilitação econômico-financeira, com previsão expressa no Edital, a apresentação do documento **“Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos”, para a comprovação da Disponibilidade Financeira Líquida – DFL declarada.**

Logo, a ausência do documento é motivo de inabilitação, nos termos do item 08, subitem 8.4, do Edital:

8.4 Será considerada inabilitada, ressaltando-se hipóteses de saneamento, a Licitante que:

(..)

c) **apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital.** (grifamos)

⁴ Comentários à Lei de Licitações e Contratos. São Paulo: Dialética, 2004, p.451



Além disso, a falta do documento impossibilita esta Companhia de validar o cálculo da Disponibilidade Financeira Líquida declarada pela empresa, já que o VA⁵ da fórmula de cálculo da DFL, necessita da Relação Contratual para sua comprovação, nos termos do Anexo II, item 03, alínea “e”

OBS: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais. (grifamos)

Dessa forma, reiteramos que, ao não apresentar a “Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos”, impossibilitando a validação da Disponibilidade Financeira Líquida – DFL declarada, a empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA não atendeu todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, mantendo assim, a decisão de INABILITAÇÃO da empresa pelo não atendimento aos termos do Edital.

Observa-se que, conforme atestado pela área técnica, a recorrente ao não apresentar a documentação conforme disposição expressa, não atendeu satisfatoriamente às determinações consubstanciadas no edital, notadamente às que disciplinam as exigências para a comprovação da sua qualificação econômica e financeira.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes no instrumento convocatório, é certo que deve haver vinculação a elas não havendo amparo nas razões apresentadas para sua habilitação.

⁵ VA= Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Neste sentido, a Comissão Especial de Licitação julgou improcedente o pedido, mantendo a inabilitação da empresa EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA.

Diante do exposto, tendo em vista as manifestações exaradas pela Comissão Especial de Licitação e pela área técnica DECT, assim como pelas disposições da legislação regente, **opina-se pela manutenção da decisão de inabilitação.**

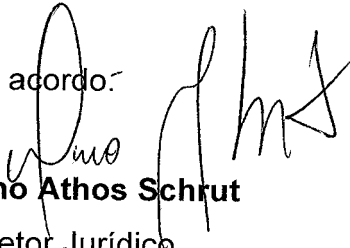
Salienta-se, por fim, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Esta Superintendência efetua a análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do negócio, bem como dos demais aspectos administrativos, comerciais, econômico-financeiros e técnico-operacionais. Os documentos que instruem os presentes autos são de responsabilidade exclusiva das áreas requisitante/gestora do processo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Curitiba, 12 de março de 2020.


Poliana de Souza Cardoso
Advogada I

De acordo.


Dino Athos Schrut
Diretor Jurídico.

